

Parceria em Áreas Protegidas: Estudo de caso na Rota das 10 Cachoeiras em Conceição do Mato Dentro/MG¹

Mariana Reis Utsch Jorge (UFVJM)²

Hebert Canela Salgado (UFVJM)³

Resumo

Desde 1998 a comunidade do Tabuleiro, em Conceição do Mato Dentro - MG convive com um cenário de disputas territoriais após a criação do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, atual Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Em 2007, com a criação do Parque Estadual Serra do Intendente essa situação se agravou, alcançando também as comunidades de Três Barras, Itacolomi, Parauninha, Candeias, Baú no mesmo município e Extrema, no município de Congonhas do Norte. Ambas as unidades de conservação - uc, de categoria proteção integral, passaram a impor regramentos sobre as comunidades, para as quais ainda não há previsão de regularização fundiária, limitando os usos da terra e quebrando a continuidade das atividades historicamente praticadas por elas. Por muito tempo esse passivo se configurou em um ambiente de discordâncias, entretanto, agora propicia um campo fértil de diálogos entre as gestões das uc e as comunidades atingidas, que passaram a adotar boas práticas de convivência a fim de construir um modelo de gestão territorial que respeite os variados usos da terra. Comunidades e Parques carregam um aspecto central em comum, o turismo. A partir desse entendimento, as comunidades e as uc construíram espaços de diálogo e apreenderam seus locais de semelhança e a também propor ações de base local, que permitissem a interação humana. Nesse ínterim nasce o Projeto da Rota das 10 Cachoeiras, que se propõe como um elemento organizador, que viabiliza a participação comunitária nas tomadas de decisões relativas aos seus territórios. Exposto esse cenário, este artigo⁴ se justifica pois visa criar elementos e base de dados que podem colaborar com outros territórios semelhantes. Por ser um território inserido em múltiplas chancelas, tais como Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Cipó, Circuito Turístico

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² JORGE, Mariana Reis Utsch. Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade de Uberaba (2012). Pós graduanda em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

³ SALGADO, Hebert Canela. Graduado em Turismo, Mestre em Desenvolvimento Social e Doutor em Geografia. Professor orientador da autora na pesquisa de mestrado intitulada: “Trilha Conciliadora: Análise das práticas de Gestão Territorial entre Unidades de Conservação e Territórios Tradicionais/Rurais por meio das premissas do Turismo de Base Comunitária”. Estudo de caso na Rota das 10 Cachoeiras em Conceição do Mato Dentro/MG”

⁴ Este artigo deriva de uma pesquisa de mestrado em andamento em Conceição do Mato Dentro, denominado “Trilha Conciliadora: Análise das práticas de Gestão Territorial entre Unidades de Conservação e Territórios Tradicionais/Rurais por meio das premissas do Turismo de Base Comunitária”. Estudo de caso na Rota das 10 Cachoeiras em Conceição do Mato Dentro/MG”, do Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, na linha de pesquisa: Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente sob a orientação do Professor Doutor Hebert Canela Salgado e Co-orientação do Professor Doutor Bernardo Machado Gontijo.

Parque Nacional da Serra do Cipó, Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Rede Brasileira de Trilha de Longo Curso, entre outros, precisa-se entender também a apreensão por parte dos sujeitos que se conciliam, do conceito de turismo de base comunitária - TBC, se o trabalham no modus vivendi ou se tratam apenas como segmento do setor de turismo. A Rota das 10 Cachoeiras pode garantir a gestão territorial participativa, promover a justiça ambiental por meio da distribuição equânime dos ônus e bônus do turismo, manter as pessoas em seus lugares de origem, colaborar na conservação e na manutenção dos aspectos ambientais e estimular um modelo de (des)envolvimento econômico na região.

Palavras chave: unidade de conservação, serra do espinhaço, turismo de base comunitária.

INTRODUÇÃO

Conceição do Mato Dentro (MG), localizada a 167 quilômetros da capital mineira e pertencente a região turística da Serra do Cipó, é uma cidade de contextos territoriais emblemáticos. Desde 2005 convive com um dos maiores empreendimentos minerários do Brasil, porém ainda tenta obter seu reconhecimento por meio da atividade turística e emplacar o título de “capital mineira do ecoturismo”, mote adquirido em 2001 por meio da gestão pública atuante na época, liderada pelo político mineiro, bacharel em Direito, José Fernando Aparecido de Oliveira que foi eleito prefeito do município pelo PMDB no pleito de 2001 a 2005 e de 2005 a 2006 e é o atual prefeito de Conceição do Mato Dentro desde 2016.

Mesmo estando em uma situação de minério-dependência, decorrente do Projeto Minas Rio, pertencente a empresa Anglo American (Ferreira, 2016), Conceição do Mato Dentro, cidade integrante da Serra do Espinhaço Mineira, responsável pela criação e gestão de 4 (quatro) unidades de conservação de proteção integral, 2 (duas) na categoria Parque Municipal, 1 (uma) na categoria Parque Estadual e 1 (uma) na categoria Monumento Natural, abriga marcos paisagísticos que atraem um volume de visitantes que deslocam de partes do Brasil e do mundo, para conhecer este cenário.

Os altos da mineração acabaram por impactar negativamente outros potenciais econômicos do município, mas a partir de 2005⁵ fica evidente no território a queda na atividade ecoturística e no que vinha sendo incentivado e direcionado pela municipalidade, deslocando as prioridades administrativas, as estruturas turísticas, os setores de comércio e serviço, entre outros, para atender o aumento populacional flutuante repentino.

Os baixos do ecoturismo e a quebra nas ações crescentes de incentivo ao empreendedorismo no setor foram substituídos pelo volume de novas demandas, das quais a cidade à época com índices de desenvolvimento baixos e com sua economia estruturada na agricultura de baixa escala (IBGE, 2010) acabaram por estagnar a crescente do turismo, que até meados de 2010, atendia apenas à população regional, sem atingir grandes marcos ou bons números no mercado.

⁵ Ano em a empresa de minério de ferro MMX chega a cidade de Conceição do Mato Dentro para iniciar o Projeto Minas Rio, que em 2007 foi vendido para a Anglo American.

A cidade que em 2005 teve um de seus atrativos, a Cachoeira do Tabuleiro, eleita pelo Guia 4 Rodas⁶ como a mais bonita do Brasil, passa a iniciar nichos de desenvolvimento, onde a sede e os distritos mais próximos a ela, atendem as demandas de hospedagem, alimentação e serviços em geral da mineração e os distritos rurais mais distantes, principalmente aqueles mais associados às unidades de conservação do município, ainda afetados pelas práticas motivadas pela municipalidade até 2005, resistiram e mantiveram a atividade turística do município, mesmo este sem oferecer grandes incentivos para o setor.

Na década que corresponde de 2010 a 2020 há movimentos importantes na cidade, que passam a fortalecer e visualizar estes grupos que seguiram em resistência por uma atividade turística responsável no território. 2013: houve a revisão da Política Municipal de Turismo; 2013: o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo⁷ oriundo de Decreto, passou a vigorar por Lei Municipal; 2013: lançamento do Programa Crescer⁸, uma parceria entre Anglo American, Techno Serve e Banco BID que tem como uma de suas frentes de trabalho a cadeia de calor Turismo; em 2014 o cidade começa a enviar seus dados para o Governo do Estado e alcança pontuação máxima no ICMS do Turismo; 2017: houve a criação da Lei Municipal 2175/2017, que em seu Art. 15 destina a aplicação da arrecadação do Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - FUMDEDS, em 15% (quinze por cento) ao desenvolvimento do turismo; 2017: retomada da regularidade de reuniões do Conselho Municipal de Turismo -

⁶ O Guia Quatro Rodas foi um grupo de guias rodoviários brasileiros, editados pela Editora Abril entre 1965 a 2014, com indicações de hotéis, restaurantes, rodovias, passeios, escolas, parques, hospitais e outros pontos de referências para viajantes motorizados.

⁷ O Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo - PNMRC foi criado pelo Decreto Municipal 158/1998 de 03 de novembro de 1998 e alterado pela Lei Municipal 2.063 de 23 de julho de 2013, passando a se chamar Parque Natural Municipal do Tabuleiro - PNMT. Tal alteração se deu como uma estratégia do poder público municipal, para garantir que a gestão da UC continuasse a nível municipal, na tentativa e barrar o processo de estadualização do Parque, iniciado em 2007 após a criação do Parque Estadual Serra do Intendente, que sobrepõe os limites do PNMRC.

⁸ O Programa Crescer tem o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável de comunidades no entorno da mineração, contribuindo para a diversificação econômica e a redução da dependência do setor da mineração. O Programa promove o desenvolvimento de quatro cadeias de valor com vocação econômica local: leite & queijo, horticultura, apicultura e ecoturismo. Os conjuntos de atividades estão localizados na área de influência direta e indireta da mineração, nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Serro, todos em Minas Gerais. Os participantes destas cadeias recebem capacitação técnica e de acesso ao mercado, além de facilitação para aquisição de crédito. O Programa também promove o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens rurais nas áreas de empreendedorismo e empregabilidade para que essas pessoas sejam capazes de aproveitar oportunidades no mercado de trabalho ou promover a abertura de um novo negócio. O Programa visa também a capacitação de diversas instituições locais relacionadas às cadeias de valor para ampliar a escala de impacto e garantir sua sustentabilidade em longo prazo.

COMTUR, que ficou inativo por 2 anos; 2017: lançamento do Produto Turístico Coração de Minas Gerais; 2018: o poder público municipal acerta parceria com o SENAC e oferece formação para locais nas seguintes áreas Curso de Condutor Ambiental e Curso de Agente de Informações Turísticas; 2018: a cidade recebe o Abeta Summit, considerado o principal encontro da cadeia produtiva do Turismo de Natureza no Brasil; 2019: há a primeira audiência pública para construção do 1º Plano Municipal de Turismo de Conceição do Mato Dentro; 2019: inauguração do Centro de Atendimento ao Turista da cidade. Todas estas atividades pré anunciam uma estratégia de governança que busca obter localmente outros modelos econômicos para alcançar um lugar de diversificação.

Concomitante às ações impulsionadas pela gestão municipal, a nível estadual, às relações entre o Parque Estadual Serra do Intendente e as comunidades do entorno se aproximaram para alcançar um desejo comum para o território. Diante de tantas e variadas possibilidades de interesse turístico, o estabelecimento do Parque trouxe uma visibilidade para os atributos naturais e culturais da região em que se estabeleceu, que estimularam o empreendedorismo familiar, por meio do estabelecimento de receptivos familiares, condutores de turismo, entre outras frentes familiares.

Em 2017, já com propostas mais coletivas, surge o Projeto de Turismo de Base Comunitária Rota das 10 Cachoeiras, que a partir de anseios comuns, se configura como um elemento organizador da atividade turística que inevitavelmente alcança o Parque e as comunidades do entorno.

A partir dos entendimentos expostos acima este artigo pretende, em duas sessões, apresentar os arranjos locais construídos no território da conservação de Conceição do Mato Dentro e evidenciar possibilidades de parceria em áreas protegidas para fortalecer as ações estratégicas de ponta, estabelecidas para gestão de problemas e soluções, no caso aqui, do uso público. o artigo foi construído a partir de observações em campo, participação em reuniões do Projeto Rota das 10 Cachoeiras e pesquisas em acervos bibliográficos.

ARRANJOS LOCAIS, PRÁTICAS QUE PODEM OPORTUNIZAR ESPAÇOS PARA UMA NOVA HISTÓRIA

Parafraseando Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes⁹, “o passado é uma roupa que não nos serve mais¹⁰”, mas será mesmo que pensando em comunidades tradicionais e rurais, que sofrem com processos de invisibilidade histórica, o passado seria mesmo um elemento a ser desconsiderado? “No presente a mente e o corpo, é diferente”, mas processos históricos mal resolvidos, vão criando a roupa de retalho dos atores envolvidos, onde a estrutura daquela vestimenta é antiga, mas devido aos desgastes, novos tecidos vão sendo inseridos naquela roupa antiga, costurando novos retalhos para tentar tampar ou melhorar as áreas desgastadas pelo tempo. São as rugosidades do tempo, no espaço atual (Santos, 2022).

Os conflitos de interesse que surgem a partir do encontro de desejos e intenções próprias e/ou coletivas sobre um território, desencadeiam sistematicamente percursos que tentam conciliar essa diversidade de olhares sobre um mesmo espaço. Tal ponto de conexão, possibilita inúmeros fenômenos sociais, interações culturais e mecanismos de gestão que aproximam os interesses diversos a fim de se construir uma pauta colaborativa, que atenda de maneira justa, todos os atores conectados.

O processo descrito ocorre em muitos territórios onde foram criadas unidades de conservação. Há uma conexão que deriva de uma sobreposição ou justaposição entre interesses e intencionalidades diversas que, por motivo de uma forçada interação, geram tensões, conflitos e divergências oriundas de lógicas e percepções diferentes sobre como interpretar aquele território ou sobre o valor material e simbólico do mesmo. Nas premissas da conservação, os territórios observados levam em conta as metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), tratado da Organização das Nações Unidas estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira, que é utilizado de forma estratégica para selecionar novas unidades de conservação, O Mapa de Remanescentes de cada bioma, além da “consulta pública” e de estudos técnicos para

⁹Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, mais conhecido como **Belchior** (Sobral, 26 de outubro de 1946 – Santa Cruz do Sul, 30 de abril de 2017), foi um cantor, poeta, compositor, músico, produtor e artista plástico.

¹⁰ Trecho da música Velha Roupa Colorida.

observar *in loco*, a relevância da área (MMA). Nesse contexto, destaca-se a relevância ambiental, com menos enfoque na sociodiversidade, nas ocupações históricas e nas relações humanas com o meio. Já para o reconhecimento dos territórios tradicionais, as motivações pela busca da titulação estão ligadas a um levantamento histórico, às cosmovisões dos sujeitos tradicionais, seus modos de vida e modo de fazer, seus hábitos, crenças, entre outros fatores antrópicos. Aqui ganha destaque o *modus vivendi* de comunidades e organizações rurais ou urbanas que guardam características muito específicas na forma como se organizam em grupos, como preservam técnicas de fazer ou produzir algo.

Apesar das intencionalidades serem diferentes, há de se considerar que os anseios para a criação das unidades de conservação e para o reconhecimento dos territórios tradicionais estão de certa forma, imbricados, se observados os motivos reais por trás das duas iniciativas. Ambos lutam pela preservação dos seus espaços frente aos empreendimentos causadores de grandes mudanças e impactos. Santos (2003) afirma que apesar do liberalismo ter alcançado o sistema-mundo é também verdade que proporcionou espaços de lutas contra hegemônicas, que aliança forças mesmo que estas pertençam a correntes diferentes:

[...] se é certo que esta propagou por todo o globo o mesmo sistema de dominação e de exclusão, não é menos verdade que criou as condições para que forças, organizações e movimentos contra-hegemônicos localizados nas mais diversas partes do mundo se apercebessem da existência de interesses comuns nas próprias diferenças e para além das diferenças que há a separá-los, e que convergissem em combates contra-hegemônicos consubstanciadores de projectos sociais emancipatórios distintos mas relacionados entre si (Santos, 2003, p.11).

No que diz respeito a estas possibilidades de proteção dos territórios, um elemento articulador dessas duas forças, pensando nas tensões geradas causadas em função dos conflitos de interesse sobre o território, pode ser o turismo. O turismo, nessa condição de luta contra hegemônica, oportuniza conexões entre esses dois diferentes e semelhantes movimentos que visam proteger elementos singulares e vulneráveis à globalização. No caso do território alvo deste estudo, o turismo, pensado e praticado numa lógica de luta social e movimento comunitário organizado, vem apresentando boas práticas ao conciliar uso público, comunidades locais e unidades de conservação de proteção integral. Essas parcerias locais, construídas a muitas mãos, se destacam como um espaço de diálogo mais

propositivo que caminha para um modelo de governança endógena do turismo, alicerçado nas premissas da base comunitária.

Pautado na perspectiva do turismo responsável, o TBC reúne características partindo de uma nova visão paradigmática do fenômeno turístico, capazes de apoiar o desenvolvimento sustentável e o protagonismo das entidades locais, contribuir para a geração de rendimentos alternativos e melhorar a qualidade de vida das comunidades (Graciano e Holanda, 2021, p. 367; Costa, et al, 2024, p. 15).

No campo das unidades de conservação, principalmente naquelas mais restritivas, de categoria proteção integral e que arrasta por anos processos inacabados ou não iniciados de regularização fundiária, o TBC tem sido uma proposição constante como possibilidade de desenvolvimento econômico, visto que por parte dos órgãos estatais gestores de tais unidades de conservação, não há planejamento real em resolver os conflitos fundiários. A lógica dos gestores tem sido buscar alternativas que coadunam a permanência das comunitárias e dos comunitários com as exigências da conservação.

Apesar destas articulações locais, o Estado desenvolve processos de concessão para uso público nas UC. A nível Federal atualmente 6 UC (Parque Nacional da Tijuca, Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Fernando de Noronha, Parque Nacional do Itatiaia, Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral), que figuram entre os mais visitados no Brasil já estão com processo formalizado e 2 (Parque Nacional de Jericoacoara e Parque Nacional da Chapada dos Guimarães) estão com licitação em andamento (ICMBio, 2024). O estado de Minas Gerais também segue com seus processos de concessão em avanço. Até outubro de 2023 haviam 2 concessões e parcerias em andamento, uma no Parque Estadual do Rio Doce e outra no Parque Estadual do Pau Furado e 3 concessões e parcerias firmadas, na Rota das Grutas Peter Lund, no Parque Estadual do Ibitipoca e no Parque Estadual do Itacolomi. (IEF, 2003).

As concessões, apesar do Estado preconizar como uma não privatização das unidades de conservação, geram impasses locais que excluem o pequeno empreendedor da área de turismo de prestar serviços turísticos dentro das UC, impossibilitando acordos locais, de forma mais orgânica para geração de emprego e renda.

A criação de uma unidade de conservação acaba por dar visibilidade a territórios antes pouco conhecidos (Costa, et al, 2024, p. 15; Santos, 2016, p. 95). Os aspectos ambientais, culturais e históricos que compõem essas áreas, ganham um lugar que

potencializa o desenvolvimento de atividades turísticas e o envolvimento das comunidades na construção desses propósitos.

Com base nesses antecedentes, quando nos propomos a refletir sobre a relação entre turismo e parques nacionais, percebemos, já nas primeiras iniciativas de criação desta categoria de manejo de área protegida, uma orientação com forte vinculação com a visitação turística, em virtude do potencial dos parques para oportunizar momentos de contato com a natureza, lazer e recreação para a sociedade [...] (Santos, 2016, p. 95).

Mesmo compreendendo que há um grande apelo para o desenvolvimento de projetos de turismo nos Parques, é necessário destacar que também há muitos desafios nesse processo de gestão territorial. A governança, vem se apresentando como caminho para superação desses desafios, mas também se torna um ideal difícil de ser praticado. Unir interesses e lógicas diversas é um caminho longo, que necessita uma boa estrutura de trabalho em rede e um trabalho transversal. É necessário pensar em uma perspectiva que valorize as temporalidades e a “multiplicidade de exercícios de territorialidade existentes em um determinado contexto territorial. (Santos, 2016, p. 99)”.

Das produções disponíveis sobre o tema turismo e unidades de conservação, foi possível eleger alguns desafios comuns à territórios que possuem comunidades tradicionais/rurais em interação com unidades de conservação, para que se faça valer todos os anseios e expectativas envolvidos: baixo acesso ao mercado; baixa capacidade de gestão do negócio; ausência de políticas públicas que tratam sobre o tema; falta de infraestrutura básica como acesso e saneamento básico; formalização de associação que restrinja a participação ampla; Concessões.

Como exemplo, depreende-se de Costa (Costa et al., 2024, pg. 84-186) que as propostas de TBC, ancoradas nas premissas do turismo responsável, tem se consolidado no mercado proporcionando benefícios múltiplos a uma rede de pessoas. A matriz abaixo traduz uma síntese de algumas experiências de turismo responsável cujos resultados indicam possibilidades de consolidação de boas práticas em TBC na operação turística.

Onde deu certo?	
Projeto	Local
Mova Experiências	MA
Hostel da Milla	AM

Dharma Turismo	SP
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	SP
Engenho Triunfo	PB
Gondwana Brasil	PR
Braziliando	RJ
Preserve Pipa	RN
Ubuntu Ecoturismo	SC
Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte	RN
Fonte: Caderno aplicado ao Turismo	

Projetos na linha da TBC, se bem organizados e conduzidos, podem nos ensinar que a união fortalece os empreendimentos locais contribuindo ativamente para a sustentabilidade econômica da comunidade proponente. A governança deve ser uma busca, pois só a partir da aliança entre múltiplos atores é que se é possível manter o processo democrático com resultados e benefícios mútuos.

O TERRITÓRIO DA CONSERVAÇÃO E O TERRITÓRIO DO USO PÚBLICO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Em Conceição do Mato Dentro, num intervalo de tempo de 25 anos, grandes mudanças provocaram alterações no tempo, no ritmo e no modo das relações humanas com o meio e conseqüentemente, acabaram por reforçar paradigmas colonialistas e estabelecer novos modelos de organização e resistência.

No distrito do Tabuleiro do Mato Dentro é possível observar que, desde 1998 há um cenário de conflitos territoriais “produzidos por diferentes sujeitos com interesses antagônicos” (Dantas; Feliciano, 2023) que neste caso são o distrito e o município de Conceição do Mato Dentro (MG), devido a extinção de atividades de campesinato produzidas pelos comunitários no alto da Serra do Intendente para dar lugar a um Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo (PNMRC). Após a criação do PNMRC, que desde 2013 está denominado como Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) houve também a criação do Parque Estadual Serra do Intendente (PESI), em 2007, abrangendo

os municípios de CMD e Congonhas do Norte (CDN) e acabou por intensificar a problemática territorial pois com o crescimento das áreas destinadas à conservação os distritos/comunidades de Três Barras, Itacolomi, Parauninha, Candeias, Baú em CMD e Extrema, em CDN foram também atingidas por essa prática governamental. Com o reconhecimento desses dois parques, que são UC de proteção integral, novos modelos sobre os usos da terra foram impostos às populações (Diegues. 1997, p. 85) que passaram a perder seus espaços onde antes mantinham suas práticas de manejo. Tais espaços, para os quais ainda não há previsão de regularização fundiária, criaram uma descontinuação nas atividades historicamente praticadas por estas comunidades.

De 2010 até o presente, é perceptível o crescente interesse por parte dos órgãos gestores das UC em buscar alternativas de conciliação, que tentam mitigar a problemática socioambiental causada pela criação impositiva dessas áreas (Rodrigues; Botelho, 2023, p. 05). Essa percepção advém de algumas ações de abrangência nacional que a exemplo podemos destacar a instituição da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, impulsionada em 2017 a nível governamental por meio da Coordenação-Geral de Uso Público do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, a fim de tirar do papel projetos de trilhas no Brasil e conectar as áreas conservadas. Esse movimento ganhou reconhecimento legal com a publicação da Portaria Conjunta (MMA/MTur) nº 407, de 19 de outubro de 2018, que instituiu a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – Rede Trilhas, inserida no Programa Nacional de Conectividade de Paisagens - CONECTA, instituído pela Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018 com o objetivo de ser uma Ferramenta de Conservação, Recreação e Saúde e Geração de Emprego e Renda.

Nesse contexto, arranjos institucionais construídos entre as gestões de UC e as comunidades diretamente envolvidas a estas, começaram a se destacar com o propósito de obter uma efetiva gestão e ofertar serviços turísticos para atender a crescente demanda social de lazer em áreas naturais. Termos de Compromisso (Scalco, 2018), parcerias em áreas protegidas (Irving,) - em destaque para aquelas não “influenciadas pelos princípios da vertente neoliberal de desenvolvimento,” (Rodrigues; Abrucio, 2019, p.107), o credenciamento de organizações da sociedade civil - OSC para parcerias do ICMBio são exemplos de instrumentos praticados pelas instituições gestoras de UC para firmar parcerias.

Acompanhando o crescimento desses interesses no território alvo do artigo, é possível observar a partir das falas dos atores, das ATAS de reuniões, dos resultados de

pesquisas realizadas pelo PESI, entre outros, que há um diálogo que sugere que as comunidades e as UC construíram espaços de escuta e fala e se aliançaram, em seus locais de semelhança para propor ações de base local que tente conciliar os diversos interesses do território. Diante dos apontamentos do Plano de Manejo das unidades de conservação é possível compreender que anteriormente à existência das UC a prática de receber pessoas em casa já existia, a partir do movimento das cavalgadas e dos deslocamentos de pessoas entre os municípios circunvizinhos. Com a criação das UC, Parque e Comunidades começaram a partilhar e demonstrar que carregavam um aspecto central em comum, o turismo.

Nesse ínterim nasce o Projeto da Rota das 10 Cachoeiras, que se propõe como um elemento organizador, que viabiliza a participação comunitária nas tomadas de decisões relativas aos seus territórios. Entre as premissas do projeto citamos:

- incentivar o desenvolvimento do turismo de base comunitária nas comunidades do entorno para que ele seja uma das principais fontes de renda da população e se configure como uma alternativa de diversificação econômica para o município;
- melhorar a gestão da visitação das cachoeiras da rota, principalmente as inseridas no interior das unidades de conservação;
- fortalecer a integração social entre as unidades de conservação existentes ao longo do percursos (parque estadual serra do intendente e parque natural municipal do tabuleiro) e a comunidade do entorno;
- Consolidar a rota na rede brasileira de caminhadas de longo curso, se tornando opção para os praticantes deste tipo de modalidade de lazer.

A Rota das 10 Cachoeiras apresenta possibilidades para a gestão territorial participativa ao promover a justiça ambiental por meio da distribuição equânime dos ônus e bônus do turismo, mantendo as pessoas em seus lugares de origem, colaborando na conservação e na manutenção dos aspectos ambientais e estimulando um modelo de (des)envolvimento econômico na região.

De acordo com Salgado, 2007:

“O turismo, em meio às contradições de seu processo histórico e geográfico de desenvolvimento, ora suscita seu caráter fetichista, massificante, agressivo e produtor de dependência, ora se evidencia a partir de complexas redes onde ganham destaque processos socioculturais inovadores, democráticos, inclusivos, emancipadores e sustentáveis. O desenvolvimento do fenômeno turismo em várias regiões do mundo tem apontado para

importantes reflexões sobre a condição dos lugares e das pessoas que participam direta ou indiretamente de seu processo constitutivo enquanto atividade socioeconômica e culturalmente geografizada.” (Salgado, 2016: 27).

Por se tratar de um projeto que se estrutura nas bases comunitárias se faz necessário trazer alguns conceitos para melhor o entendimento sobre o tema e como a Rota vem se apresentando. O turismo de base comunitária - TBC é um modelo de organização social, que a partir dos anseios das comunidades que o pretendem, possibilita o desenvolvimento local por meio da valorização dos aspectos endógenos daquele grupo (Babstista & Moreira, 2017, p. 200; Bartholo, 2009, p. 51; Irving, 2009, p. 111; Sansolo e Bursztyn, 2009, p. 150). Apesar do caráter polissêmico do termo, ele possui algumas características intrínsecas que se repetem em mais de um dos vários conceitos sobre o tema, que podemos considerar como as premissas do TBC.

Os conceitos de TBC transitam entre o protagonismo local, a sustentabilidade, o associativismo, a valorização dos modos de vida e de fazer das comunidades receptoras, a distribuição de renda e a ampliação do sentimento de pertencimento (Lima, Irving, Oliveira, 2021, p. 4). Ele vem sendo interpretado, a partir de uma ótica que evidencia o protagonismo da comunidade local, “na medida em que essa passa a oferecer produtos e/ou serviços aos visitantes, tendo como principais impactos a valorização local, a geração de benefícios econômicos a oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores” (Babstista & Moreira, 2017, p. 200). Ganham destaque alguns conceitos que dialogam com essa síntese genérica e, que afirmam como os projetos em perspectiva vêm sendo observados e denominados ao longo dos anos no Brasil.

Assim, o Turismo Comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. (Coriolano, p. 282, 2009)

O TBC, portanto, tende ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentimento coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentimento de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários dos grupos sociais do destino, tendo

como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização. (Irving, 2009, p. 111)

Turismo Comunitário expõe sua responsabilidade social e ambiental nas áreas onde se insere, respondendo a demanda humana por turismo e lazer, e oferecendo de forma sustentável a prestação desse serviço, diferentemente da grande maioria das atividades econômicas supracitadas. (Loureiro; Gorayeb, p. 15, 2013)

O TBC não representa apenas mais um segmento de mercado, mas a possibilidade de um novo paradigma, uma forma mais responsável de se planejar e executar a experiência turística em áreas menos privilegiadas do ponto de vista dos indicadores econômicos e da oferta de infraestrutura urbana básica. (...) Nesse sentido, o objetivo principal do TBC está relacionado ao desenvolvimento local em longo prazo, baseado em modelo socialmente mais justo e duradouro. (Mano; Mayer; Fratucci, p. 417, 2017).

Em artigo publicado por Lima, Irving e Oliveira (2022) os autores trazem uma matriz síntese sobre as premissas do TBC nos Planos Nacionais de Turismo do Brasil de 2003 a 2018. De acordo com essa matriz, para se desenvolver projetos nessa linha, é necessário se fazer cumprir os seguintes objetivos: Protagonismo local; Autogestão; Geração de Benefícios Econômicos; Valorização da cultura local; Proteção da natureza; Oportunidade de encontro e Melhoria da qualidade de vida e bem-estar. Essa modalidade econômica mais justa se consolida epistemologicamente como uma alternativa local frente aos modelos econômicos hegemônicos.

São nestas premissas que o Projeto da Rota das 10 Cachoeiras se estrutura além de ser também signatária da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, trilhas que são enormes corredores ecológicos e se transformam em ferramentas reconhecidas pela legislação brasileira para ampliar a conectividade entre áreas preservadas, garantindo manutenção da vida selvagem e da melhoria de indicadores ecológicos.

O Projeto vem se apresentando como um instrumento de conciliação socioambiental na medida em que busca sanar conflitos do passado e de forma propositiva, alcançar novos modelos que beneficiem a integralidade do território e unam forças para superar problemas e pressões que possam vir a comprometer o *modus vivendi* ou a importância ecológica/ambiental e cênica das unidades de conservação.

CONCLUSÃO

As incipientes reflexões apresentadas derivam do contexto territorial de Conceição do Mato Dentro-MG e integram a pesquisa de mestrado focada na análise das práticas de gestão territorial entre Unidades de Conservação e Territórios Tradicionais/Rurais por meio das premissas do pronunciado Turismo de Base Comunitária, a partir do caso da Trilha de Longo Curso “Rota das 10 Cachoeiras”. O refinamento da análise se vincula à intensificação das entrevistas no contexto dos trabalhos de campo e a escuta ativa dos diversos atores e instituições envolvidas, que tendem a lançar luz sobre questões emblemáticas e contraditórias envolvendo o turismo nas localidades. Afinal, as adesões, institucionais e comunitárias, às lógicas do turismo, sob as vestes dos princípios do turismo de base comunitária e, ambientadas nas narrativas de conservação, lazer, recreação e desenvolvimento econômico traduzidas pelas trilhas de longo curso revelam de fato um processo de conciliação possível frente ao cenário de disputas e sobreposições territoriais chanceladas pelo poder público?

A histórica imposição de regramentos sobre os modos de vida e meios de viver das comunidades tradicionais/rurais que limitam seus cotidianos, culturas e práticas estabeleceu espaços de diálogo deprimidos e fragilizou processos de governança para a gestão integrada de UC's, especialmente por não considerarem que grande parte dessas comunidades, em suas formas de viver, colaboraram decisivamente para a preservação e conservação das áreas posteriormente chanceladas. A atualização das percepções a partir da relação de boas práticas e experiências bem sucedidas no contexto do uso público de UCs, especialmente vinculadas às novas formas de promoção do turismo em adjetivações diversas, valorização das viagens e da interculturalidade indicam possibilidades promissoras na superação de conflitos territoriais acumulados e, de formas viciadas de gestão pública do meio ambiente.

Ao visitar princípios do turismo de base comunitária para além de tratá-lo como um segmento de mercado possível e, ao mesmo tempo, visitar boas práticas consolidadas em outras trilhas de longo curso, a proposta da Trilha Rota das 10 Cachoeiras evidencia um caminho possível de conciliação intersetorial, interinstitucional e comunitária. Evidentemente, o incipiente processo de implementação de suas diretrizes e objetivos demandará longo período de maturação dos sentidos de uma governança para o turismo local e regional pautados por critérios de justiça ambiental, participação social em âmbito consultivo e decisório, bem como um ordenamento pacificador de conflitos fundiários que valorize a cultura e os modos de vida das populações locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA MINAS. Rota das 10 cachoeiras promove ecoturismo na região do Parque Estadual Serra do Intendente. Agência Minas, Belo Horizonte, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/rota-das-10-cachoeiras-promove-ecoturismo-na-regiao-do-parque-estadual-serra-do-intendente>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BAPTISTA, Leandro; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Ecoturismo de base comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais–PR: a ótica das comunidades de entorno. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 15, n. 1, p. 195-210, 2017.

BARTHOLLO, Rodrigo. (2009). Sobre o sentido da proximidade implicações para um turismo situado de base comunitária. In: Bartholo, R., Bursztyn, I; Sansolo, D. G. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 45-54). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. MMA aprova R\$371,8 milhões de compensação ambiental para unidades de conservação. Ministério do Meio Ambiente, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/mma-aprova-r-371-8-milhoes-de-compensacao-ambiental-para-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 26 abril 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Criação de unidades de conservação. Ministério do Meio Ambiente, [s.d.]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/criacao-ucs.html#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20UC,recursos%20naturais%20pelas%20popula%C3%A7%C3%B5es%20tradicionais>. Acesso em: 28 jan. 2024.

COMUNIDADES quilombolas de Três Barras, Buraco e Cubas, Conceição do Mato Dentro, MG. Conflitos Ambientais MG, 2021. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/comunidades-quilombolas-de-tres-barras-buraco-e-cubas-conceicao-do-mato-dentro-mg/>. Acesso em: 02 abril 2024.

COSTA DA SILVA, F. (2023). Turismo de Base Comunitária no Brasil e sua condição de periferia (re)produzida pelo Estado. *REVISPATTTUR*, I (1), 4-19.

COSTA, Marianne de Oliveira; PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos; SOLHA, Karina Toledo (Coord); PINTO, Gustavo Pereira (2024). Turismo Responsável: resultados que inspiram. Cadernos Aplicados de Turismo. ECA, USP, 2024.

DANTAS, José Carlos; FELICIANO, Carlos Alberto. CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: GÊNESE, AÇÕES E PROCESSOS. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 237–259, 2023. DOI: 10.14393/RCG249567197. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/67197>. Acesso em: 24 abr. 2024.

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner B. “Refugiados do desenvolvimento”: Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **TRAVESSIA-revista do migrante**, n. 25, p. 30-35, 1996.

DIAS, Darlan Airton. Conflitos socioambientais decorrentes da presença humana em unidades de conservação: estudo de caso da comunidade Quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. ampliada. **São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC**, 2008.

FILIPPIM, Marcos Luiz; HOFFMANN, Valmir Emil. Turismo no Espaço Rural: Uma Leitura Necessária. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt9-turismo-no-espaco-rural.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FERREIRA, Igor Lacerda. Mineração e conservação ambiental em Conceição do Mato Dentro: desafios de uma (des) ordenação territorial. 2016.

GONTIJO, Bernardo Machado (2003). A ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha. Universidade de Brasília, 192p. Tese de Doutorado. Centro de

Desenvolvimento Sustentável. Brasília.

GONTIJO, Bernardo Machado; BRAGA, de S.; MUCIDA, P.; MORAIS, S. de. Áreas Protegidas e Turismo na Serra do Espinhaço: Dez anos de atuação do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço - UFMG / UFVJM. *Revista Espinhaço*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5096361. Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/171>. Acesso em: 14 maio. 2024.

ICMBio passa a aceitar permanência de tradicionais em unidades de conservação de proteção integral. *O Eco*, [s.d.]. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/icmbio-passa-a-aceitar-permanencia-de-tradicionais-em-unidades-de-conservacao-de-protacao-integral/>. Acesso em: 13 maio 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Gestão de contratos de concessão de serviços de apoio à visitação em UC é regulamentada pelo ICMBio. Governo Federal - ICMBio, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/gestao-de-contratos-de-concessao-de-servicos-de-apoio-a-visitacao-em-uc-e-regulamentada-pelo-icmbio>. Acesso em: 13 maio 2024.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS (IEF-MG). PARC - Programa de Concessão de Parques Estaduais. Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2697-parc-programa-de-concessao-de-parques-estaduais->. Acesso em: 13 maio 2024.

IRVING, Marta de Azevedo (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

IRVING, Marta de Azevedo; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI, Andreia; COSTA, Helena Araújo (ORGS). Turismo, Áreas Protegidas e

Inclusão Social. Diálogos entre saberes e fazeres. 1. Ed. - Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

LOPES, Cristiana Ferreira; DE FILIPPO, Daniela Campos; GONTIJO, Bernardo Machado. PARQUES DE PAPEL, INTERESSES ECONÔMICOS E O RIO CIPÓ: CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CIPÓ (MG). **Geographia Opportuno Tempore**, v. 5, n. 1, p. 134-152, 2019.

RODRIGUES, C. G. O.; BOTELHO, E. S. Parcerias em áreas protegidas: diversidade de modalidades, propósitos e efeitos envolvidos. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 16, n. 3, jun 2023, pp. 05-24.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; ABRUCIO, Fernando Luiz. Partnerships and concessions for the development of tourism in Brazilian parks: possibilities and limitations of a new governance model. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, p. 105-120, 2019.

SALGADO, Hebert Canela. A rede do turismo no Norte de Minas: planejamento, regionalização, territorialidades e desenvolvimento social nos caminhos dos gerais. 2007. Disponível em: <http://repositorio.unimontes.br/handle/1/1030>

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 142-161, 2009.

SANTOS, Altair Sancho Pivoto dos. Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social. Diálogos entre saberes e fazeres. IRVING, Marta de Azevedo; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI, Andreia; COSTA, Helena Araújo (ORGS). 1. Ed. - Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório?. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 65, p. 03-76, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SCALCO, Raquel Faria et al. Unidades de conservação e territórios Quilombolas: desafios, sobreposições de interesses e conciliação de direitos em Minas Gerais. 2019.

SUESS, Rodrigo Capelle; DE SOUZA SILVA, Alcinéia. A perspectiva decolonial e a (re) leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. e7-e7, 2019.